



Violência Doméstica, Polícia e COVID-19

NUNO POIARES

Intendente da PSP e Professor do ISCPSI

A violência doméstica é o fenómeno, social e juridicamente relevante, do século XXI em Portugal.

A este cenário acrescem os problemas associados aos idosos, público cada vez mais isolado, vulnerável e mercê de tantas violências.

A violência doméstica é o fenómeno, social e juridicamente relevante, do século XXI em Portugal. É na transição do milénio que ganha expressão uma nova visão sobre a construção social dos papéis do homem e da mulher e a violência na família. O legislador desenvolveu um esforço, sobretudo desde 1999, no sentido de sistematizar um quadro legal que correspondesse às necessidades das vítimas. Em menos de duas décadas assistimos ao surgimento de diversos diplomas e documentos

orientadores com uma velocidade sem precedentes. Em 1999 foi aprovado o I plano nacional contra a VD e, no ano seguinte, a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, converteu o crime de maus-tratos para natureza pública, deixando de estar na vítima o ónus do arranque processual. Com a reforma penal de 2007, através da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, surgiu o novo artigo 152.º no direito penal material, com a epígrafe “Violência Doméstica”. Dois anos depois foi aprovada a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que veio estabelecer o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Mais tarde, foi aprovada a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, que introduziu as relações de namoro no artigo 152.º; a Lei n.º 16/2018, de 27 de março, que integrou na previsão de qualificação do homicídio os crimes cometidos no âmbito de uma relação de namoro; e a Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto, que veio reforçar a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na

internet, alterando o artigo 152.º do Código Penal. Mais recentemente, a diretiva n.º 5/2019, de 4 de dezembro, da Procuradoria-Geral da República veio estabelecer os procedimentos a observar pelo Ministério Público na área da violência doméstica e, em 2020, o Governo pondera corrigir disfuncionalidades no sistema de proteção das vítimas, apesar de o Conselho Superior de Magistratura entender que o quadro legal em vigor é suficiente para corresponder às necessidades dos mais vulneráveis no âmbito do tipo legal em juízo.

O bem jurídico protegido no crime de VD abrange a integridade corporal, a saúde física e psíquica, admitindo-se que um comportamento singular bastará para integrar o crime quando assuma uma dimensão ofensiva da dignidade humana. A jurisprudência defende que o traço distintivo deste crime reside no facto de o tipo legal prever e punir condutas perpetradas por quem atue um domínio sobre a vítima, sobre a sua vida e/ou sobre a sua honra e/ou sobre a sua liberdade e que a reconduz a uma vivência de medo, tensão e subjugação, abrangendo a violência entre (ex)marido e (ex)mulher, entre (ex)namorados, relações extraconjugais, com ascendentes, descendentes, entre outros. Até ao ano de 2007 a tipificação do crime de violência doméstica previa, em regra, uma conduta reiterada por parte do agente, algo que passou a ser irrelevante face à letra vertida no novo artigo 152.º do Código Penal. No entanto, a jurisprudência tem demonstrado que nem todo o ato singular pode ser enquadrado neste tipo legal, por não ser atendível como uma ofensa à dignidade humana, o que não é consensual entre os operadores do direito (incluindo os polícias).

Até ao fim dos anos 90 os planos de estudos dos cursos da Escola Prática de Polícia e da Escola Superior de Polícia, atual Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, não previam uma abordagem consolidada à violência doméstica ou a igualdade de género. Desde então, a evolução da sociedade portuguesa obrigou a uma adaptação por parte das forças de segurança após a reconfiguração do quadro legal. A polícia portuguesa nunca esteve tão empenhada no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica, como demonstra a intervenção integrada, por exemplo, do Espaço Júlia e a Casa da Maria, em Lisboa, ou o Gabinete de Atendimento e Informação da Vítima (GAIV), no Porto. Estes gabinetes foram criados com o objetivo de atender as vítimas de violência doméstica com profissionais especializados, passando a PSP a receber o depoimento das vítimas, a realizar a avaliação de risco, bem como o plano de segurança num ambiente adequado para esse efeito. Acresce que, nos planos de estudos dos cursos de formação de Agentes, Chefes e Oficiais, foram introduzidos conteúdos relacionados com as atitudes face à diferença e a igualdade

de género, como as questões étnico-raciais, a realidade LGBTQ+, a deficiência motora e a violência doméstica, onde os alunos são informados que existe uma casa-abrigo no Algarve para homens vítimas, desde setembro de 2016, ao abrigo de um projeto-piloto assente numa carta de compromisso assinada entre o MAI e a Fundação António Silva Leal, aspeto que não é despidendo quando os sucessivos RASI têm demonstrado um crescendo do número de casos reportados de violência doméstica com vítimas homens; a par de uma casa-abrigo (Casa Arco Íris) para pessoas LGBTQ+, em Matosinhos, gerida pela Associação Plano i, que assegura o acolhimento urgente e de curta duração a vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores ou maiores dependentes. A PSP, através do ICPOL – unidade de investigação e desenvolvimento do ISCPSI, tem produzido conhecimento de apoio à decisão no âmbito da violência doméstica. Desde logo, através das dissertações do 2.º ciclo de estudos em Ciências Policiais, mas também em projetos de investigação: o IMPRODOVA – Improving Frontline Responses to High Impact Domestic Violence é financiado pelo European Union's Horizon 2020 research and innovation programme, no valor de 2,9 milhões de euros, e envolve investigadores de oito países – Portugal, Alemanha, Áustria, Escócia, Eslovénia, Finlândia, França e Hungria – visando a melhoria da primeira resposta face à Violência Doméstica de Grande Impacto. A equipa IMPRODOVA, que conta com quatro investigadores do ICPOL-ISCPSI, estuda as respostas dadas pelas forças de segurança, pelos serviços de saúde pública e pelas Organizações Não-Governamentais face à VDGI, as diferenças na cooperação entre as equipas de primeira intervenção na VDGI, as boas práticas, os instrumentos de avaliação do risco, e desenvolver treino profissional e fornecer recomendações acerca de políticas. Um segundo projeto de I&D envolve o ICPOL, o Departamento de Operações da Direção Nacional da PSP e o Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Universidade de Coimbra. O objetivo é analisar o instrumento de avaliação do Risco de Violência Doméstica (RVD), utilizado pelas forças de segurança desde 2014, e conceber um instrumento que apoie essa avaliação através de uma análise mais cuidada com base na versão do suspeito. O arranque do projeto ocorreu em 26 de novembro de 2019, com a assinatura do protocolo aquando do Fórum de Policiamento de Proximidade, na Universidade de Coimbra.

Mas, apesar deste esforço, há muito por fazer: postura típica das instituições que visam a qualidade total. Estudos recentes (Sani, e Morais, 2015; Poiars, 2016, 2019; Leite, 2020) revelam que muito foi feito, mas há um longo trabalho a desenvolver em matéria de mudança de mentalidades e formação. Os polícias são uma projeção do seu contexto social, cultural,

político, histórico e geográfico; por isso, para termos profissionais bem formados e com uma visão renovada relativamente a esta problemática tem de existir um maior enfoque na formação para que possam exercer a sua missão de forma adequada junto das vítimas. As atitudes e respostas da polícia contribuem para a satisfação da vítima, cooperando na garantia da sua segurança, fornecendo informação, aconselhamento e encaminhamento, ou seja, promovendo a capacitação da vítima para lidar com as situações que motivaram a denúncia, mas, ainda assim, importa continuar a investir na formação policial.

O relatório anual de monitorização da violência doméstica (SG-MAI, 2019) revela que em 2018 foram registadas 26.432 participações pela PSP e GNR. Em 31% dos casos as ocorrências foram presenciadas por menores. Em 2018, o mês em que se registaram mais ocorrências foi agosto e manteve-se a tendência para uma maior proporção de incidentes ao fim de semana. A maioria dos denunciados encontrava-se empregado e os problemas relacionados com o consumo de álcool estavam presentes em 34,3% dos casos e problemas relativos ao consumo de estupefacientes em 16,6%. Acresce que, do total de inquéritos de VD ocorridos entre 2012 e 2018 (71.752), 78,5% resultou em arquivamento e, em 2018, essa taxa situou-se nos 79,4% por falta de prova, sobretudo quando a vítima se recusa a depor.

Com a pandemia do novo Coronavirus Disease 2019 (COVID-19), os cordões sanitários e a quarentena obrigatória, o lema em Portugal passou a ser “Ficar em casa é salvar vidas”, imperativo paradoxal num quadro de violência. O confinamento das famílias veio aumentar os incidentes-rastilho: um pouco por todo o mundo surgiram relatos de aumento de tensão e violência entre casais, sugerindo-se a elaboração de planos de segurança, apesar de alguns estudos indicarem que, em situações extremas, a violência na intimidade pode diminuir, desde que o agressor consiga gerir a ansiedade e a frustração. O confinamento introduziu vários desafios nas interrelações humanas, em particular no contexto familiar. Em Portugal a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, em articulação com a CIG, difundiu um conjunto de conselhos de segurança para as vítimas, disponibilizando contactos e um endereço eletrónico de emergência, propondo algumas ideias para um plano de segurança. Em paralelo, apesar de o n.º de denúncias ser inferior do que o período homólogo de 2019, a PSP intensificou os contactos pessoais com as vítimas de violência doméstica, no sentido de aferir da estabilidade da vivência familiar e, se necessário, proceder à imediata reavaliação individualizada de risco e reajuste das medidas de proteção.

Assim, num quadro de pandemia, “ficar em casa é salvar vidas”, contudo, à luz dos dados disponíveis, a maior proximidade das pessoas, associada a factores

como o consumo de álcool e o desemprego, por um período mais prolongado, potencia um quadro de violência. A este cenário acrescem os problemas associados aos idosos, público cada vez mais isolado, vulnerável e mercê de tantas violências. A ciência vai desenvolver um esforço para conseguir uma radiografia da realidade no pós-pandemia e uma aproximação aos efeitos do confinamento nas vítimas (in) diretas, mas será um resultado (eventualmente) enviesado se tivermos em consideração o número de processos arquivados por falta de prova num crime muitas vezes invisível. Esse balanço poderá ser feito, através das práticas observáveis, quando as crianças de hoje forem os adultos de amanhã, obrigando a PSP a desenvolver uma permanente avaliação operacional e científica (através das ciências policiais) quanto à necessidade de adaptação dos seus recursos à nova realidade social, como tem feito ao longo de mais de 150 anos de existência.

Referências

- Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro
- Diretiva n.º 5/2019, de 4 de dezembro, da Procuradoria-Geral da República: estabelece procedimentos específicos a observar pelos magistrados e agentes do Ministério Público na área da violência doméstica.
- Lei n.º 44/2018, de 9 de agosto: 46.ª alteração ao Código Penal, reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na internet (altera artigos 152.º e 197.º do Código Penal).
- Lei n.º 16/2018, de 27 de março: 45.ª alteração ao Código Penal, integrando na previsão de qualificação do homicídio os crimes cometidos no âmbito de uma relação de namoro, reforçando a sua proteção jurídico-penal
- Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro: primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, passando a incluir as relações de namoro no artigo 152.º do Código Penal
- Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro: estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas
- Lei n.º 59/2007, 4 de setembro: 23.ª alteração ao Código Penal
- Lei n.º 7/2000, 27 de maio: reforça as medidas de proteção a pessoas vítimas de violência, convertendo o procedimento criminal dos maus-tratos, para crime de natureza pública
- Leite, I. F. (2020), “Violência doméstica e violência interpessoal: contributos sob a perspectiva do Direito para a racionalização dos meios de prevenção e proteção”, *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 10, pp. 31-66. Lisboa: IDPCC - FDUL.
- Poiars, N. (2019), “Violência doméstica e atividade policial”, *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 9, pp. 59-75. Lisboa: IDPCC-FDUL.
- Poiars, N. (2016), *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal*. Lisboa: Chiado Editora.
- Sani, A. e Morais, C. (2015), “A polícia no apoio às vítimas de violência doméstica: estudo exploratório com polícias e vítimas”, *Direito e Democracia*, v. 16, n.1, jan./jun. ULBRA, pp. 5-18.
- SGMAI (2019), *Violência Doméstica - 2018. Relatório anual de monitorização*, Lisboa: MAI.